

**ATA DA OCTOGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Leitura da ata. *"Ata da Septuagésima Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Noventa e Seis da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 35/2023, do Poder Executivo; Ofício nº 3.545/2023, da Presidência da República; Ofícios nºs 467, 500, 510 e 511/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 3.014/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 1.526/2023, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Zeca do PT, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Junior Mochi, Antonio Vaz, Lidio Lopes e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, João Henrique, Lucas de Lima, Gerson Claro, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Paulo Corrêa e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 245/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 27/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 253/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 200/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Emanuel Feitosa Santos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao desembargador Alexandre Bastos, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do TJMS; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania e diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, pelo belíssimo e grandioso Festival de Inverno de Bonito, realizado de 23 a 27 de agosto; requerimento de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Zeca do PT, Pedrossian Neto e Rafael Tavares; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para a realização da audiência pública com o tema 'Como as Escolhas no Trânsito Impactam na*



Sociedade', no dia 18 de setembro de 2023; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna no dia 12 de setembro de 2023 pelo professor Fabio Ayres para explanação acerca da importância do Zoneamento Ecológico Econômico; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Junior Mochi, Renato Câmara, Jamilson Name, João César Mattogrosso, Marcio Fernandes, Zeca do PT e Gleice Jane. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de setembro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — "Expediente da Sessão Ordinária do dia 6 de setembro de 2023: Ofício nº 1.967/2023, do Ministério da Saúde, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3840/2023); Ofício nº 23/2023, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 1718/2023); Ofícios nºs 517 e 520/2023, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União". Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! Eu trago um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada a presente moção de congratulação aos alunos Karen Gomes da Conceição e Almir Corrêa e aos professores da Escola Estadual Dona Rosa Pedrossian, no município de Miranda. Karen Gomes e Almir Corrêa foram campeões em Mato Grosso do Sul da Mostra Nacional de Foguetes e ficaram entre os quinze melhores do Brasil no quadro geral da mostra, realizada em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, no final de agosto. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia autônoma ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando um furgão refrigerado para transporte de alimentos para as escolas mais distantes do município de Corguinho. Justificativa: A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete parlamentar pelo vereador Jeffer Aparecido. O furgão refrigerado permite uma gestão mais eficaz do estoque de alimentos, minimizando os desperdícios. Isso economiza recurso financeiro e contribui para uma abordagem mais sustentável e

responsável da produção de alimentos. Corguinho possui algumas escolas distantes da sede municipal, tais como: Escola Municipal Francisco Nogueira Sobrinho, localizada no distrito de Taboco, 55 quilômetros de estrada chão; Sala de Extensão Bonifácio Lino Maria, na comunidade quilombola Furnas do Boa Sorte, 52 quilômetros de estrada de chão; e Sala de Extensão Teophilo Massi, no distrito de Fala a Verdade, 35 quilômetros de estrada de chão; além das escolas localizadas na sede do município: Frei Otávio e Pré-Escola Arco-íris. Mais uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia autônoma ao senhor Hélio Queiroz, secretário do estado de Educação, solicitando a viabilização do projeto cultural com aulas de capoeira para a Escola Estadual José Alves Quito, no município de Corguinho. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Jeffer Aparecido. A capoeira é uma expressão cultural genuinamente brasileira que combina elementos de dança, música, luta e história. Introduzir a capoeira nas atividades escolares ajuda a preservar e a promover a nossa rica herança cultural, conectando os estudantes com suas raízes e tradições. A capoeira exige disciplina e autocontrole para dominar as técnicas e respeitar as regras. Essas qualidades são transferíveis para outras áreas da vida acadêmica e pessoal dos alunos, melhorando seu desempenho escolar e seu comportamento. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados! Bom dia, deputada Lia Nogueira! Eu tenho três indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck, e o diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural Agrário, solicitando a destinação de sobras de calcário para os produtores rurais do município de Mundo Novo. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Paulo Lourenço e Gildo Amaral. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, solicitando a pavimentação asfáltica do acesso à Fecularia Eldorado, no município de Eldorado. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Zé Martins, Ângela, Luiz Roberto, João Moreira Marques, Antônio Jorge e Ivan Carlos Sioka. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Sanesul, Renato Marcílio da Silva, solicitando a perfuração de um poço artesiano na região do Barranco Vermelho, no município de Coxim. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Zanão, do município de Coxim. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Vladimir de Souza Volki, prefeito municipal de Dois Irmãos do Buriti, solicitando auxílio na manutenção dos tratores utilizados pela comunidade indígena da aldeia Barreirinha. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito municipal de Dois Irmãos do Buriti, Wladimir de Souza Volpe, solicitando a construção de um banheiro comunitário na aldeia Barreirinha. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, todos que nos acompanham pela da TV e Rádio Assembleia. Trago uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as prescrições contidas no Regimento Interno desta augusta Casa Legislativa, que seja encaminhada moção de congratulação ao pastor Marlon Nunes de Oliveira e à comunidade da Igreja Cristã Maranata pelos trinta anos da igreja no estado de Mato Grosso do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, Mesa Diretora! Bom dia, deputados e deputadas! Brasil no rumo certo! Quero fazer duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Arildo Alves Alcântara, coordenador da Dsei, solicitando urgência na disponibilização de medicamentos para a Unidade Básica de Saúde Indígena localizada na aldeia Jaguapiré, no município de Tacuru. A presente solicitação atende ao pedido do cacique Valdemir Romeiro, em razão de que o posto de saúde daquela comunidade se encontra absoluta e totalmente desabastecido. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Jaime Verruck, solicitando a criação de uma agência de fomento para orientar o desenvolvimento de projetos e pesquisas que atendam às necessidades de micro, pequenos e médios empreendedores urbanos e rurais e de trabalhadores autônomos. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado. Brasil no rumo certo!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas, senhoras, senhores e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu trago uma moção de pesar e um projeto de lei. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Aparecido Carlos Roberto Simões, falecido em 21 de agosto de 2023. O Café, como ele era conhecido,

nasceu em 11 de setembro de 1959, na cidade de Nova Andradina; era técnico em Contabilidade e encarregado de recursos humanos no escritório de Contabilidade Itamarati; trabalhou por muitos anos na Agroindustrial Santa Helena e também prestou serviços no escritório de Contabilidade Mundial. O Café deixa os filhos: Carlos Augusto, Carlos Vinícius, Ana Carolina e Rafael Pelegrino e os netos: Maria Tereza, Maria Júlia e Cecília. Assim, ao manifestar nosso apreço ao saudoso Café por contribuir de forma expressiva para a construção da identidade e da história local, encaminhamos a presente moção, que deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, manifesta sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares e amigos do senhor Aparecido Carlos Roberto Simões, Café. Rogamos que Deus conforte a todos neste momento de pesar e profunda tristeza."... Projeto de lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de pedágio das rodovias estaduais e federais de Mato Grosso do Sul divulgarem, nos trechos sob sua concessão, informações sobre o cumprimento do cronograma de obras. Ficam obrigadas as concessionárias de pedágio das rodovias estaduais e federais no estado de Mato Grosso do Sul afixarem, nos trechos sobre sua concessão, placas indicativas do cronograma de obras. As empresas concessionárias serão responsáveis pela afixação, manutenção e atualização periódica das placas, que devem ser instaladas, preferencialmente, nas praças de pedágio e informar o estágio atual das obras e a meta correspondente prevista no cronograma. O conteúdo das informações deverá ser atualizado a cada seis meses. Para o atendimento da obrigação prevista nesta lei, a concessionária poderá, de forma alternativa ao disposto no parágrafo 1º, afixar adesivo com link ou QR Code nas cabines das praças de pedágio, com direcionamento para a página da internet que contenha diretamente o cronograma e o estágio das obras em formato e linguagem que permitam a fácil compreensão pelo usuário sobre o cumprimento em tempo e modo das obrigações pela concessionária. Em caso de atraso no cumprimento do cronograma de obras, tal circunstância deverá ser informada de forma ostensiva aos usuários, acompanhada de justificativa técnica, em linguagem acessível ao cidadão, e a previsão da conclusão das obras e o esclarecimento sobre o valor cobrado diante do atraso. Esta lei entra em vigor três meses após a data de sua publicação. Justificativa: O presente projeto de lei tem o objetivo de levar transparência e aumentar o controle social sobre o cumprimento dos prazos do cronograma de obras das concessionárias de rodovias em Mato Grosso do Sul. Sendo assim, a concessionária deverá afixar placas nas praças de pedágio, apontando o estágio atual das obras e a meta prevista no cronograma, de modo que o cidadão possa vislumbrar, de imediato, se existe atraso no cumprimento dos prazos. Posto isto, conto com o apoio dos colegas para aprovação deste projeto de lei. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa... Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu quero apresentar duas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a adequação das instalações provisórias da Escola Vilmar Vieira de Matos, no município de Dourados, bem como a

agilidade na execução das obras de reforma do prédio. Esta é uma reivindicação dos alunos e da sociedade douradense. Está sendo feita a reforma e isso gera um transtorno. Os alunos não podem ser alocados num ginásio de escola, onde chuva, frio e vento dificultem o andamento das aulas. É importante destacar que Mato Grosso do Sul possui recurso para locação provisória, em caráter emergencial, de um prédio adequado, para atender os alunos durante a reforma da escola, não impactando, assim, o ensino e o cronograma das aulas. Se fosse uma escola particular, nenhum pai aceitaria que seus filhos fossem colocados para estudar de baixo de sol e de chuva. Então, vamos começar a dar aos alunos das redes pública e particular o mesmo tratamento. O Estado possui recursos, e a sociedade douradense espera uma resposta. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Trindade, solicitando, em caráter de urgência, a instalação de redutores de velocidade, túneis, cercas, passarelas e redutores de velocidade na MS-40, com o objetivo de reduzir a mortalidade de animais silvestres. Eu vi na MS-40 'bandidos' caídos no chão, estirados, e a hora que eu olhei no retrovisor, eu não vou dizer que não comemorei, porque os bandidos eram radares que acabaram de ser instalados, sem placas de sinalização, como determina o Contran. A população não aceita a colocação de oito radares na rodovia com o objetivo de fazer expropriação tributária. Então, se têm de colocar um redutor de velocidade, que coloquem placas antes. Eu não vi nenhuma placa, vi apenas os radares. E a população não aceita mais essa indústria das multas. Quero pedir gentilmente ao governador do estado e ao diretor-presidente do Detran que coloquem, se for necessário, um instrumento adequado de redução de velocidade e que informem a população de que será instalado no local um instrumento fiscalizatório, com o objetivo de salvar vidas silvestres e humanas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, bom dia! Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação às atletas sul-mato-grossenses do elenco da seleção brasileira de basquete master. Após aprovada, a presente moção deverá ser redigida da seguinte forma. "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por proposição do senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, em nome dos demais parlamentares, tem a honra de ofertar o devido reconhecimento às atletas sul-mato-grossenses do elenco da seleção brasileira de basquete master: Franciele Arcari, Heloísa Marques Donatti, Karen Renati, Carolina Junqueira, Carolina Moraes, Franciele Bahl, Patrícia Maia e Doriane Col, pela campanha vitoriosa do Brasil nas categorias trinta anos acima, trinta e cinco anos acima e cinquenta anos acima, no 16º Campeonato Mundial de Basquete Master, realizado em Mar del Plata, na Argentina, todas comprometidos em trazer títulos para o Brasil. Na categoria trinta anos acima o Brasil foi vice-campeão; na categoria trinta e cinco anos acima foi campeão; e na categoria cinquenta anos acima foi vice-campeão também. Este é o motivo da apresentação desta moção de congratulação". Outra moção de congratulação. Requeiro à Mesa, conforme termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à atleta Ana Carla Matos

Rodrigues pela conquista do segundo lugar no Campeonato Mundial de Kung Fu, na China. Deputado Marcio Fernandes, Vossa Excelência que é do judô, nós temos uma atleta, pasmem!, de dez anos de idade, que foi vice-campeã mundial de Kung Fu, na China. Parabenizamos a Ana Carla pelo segundo lugar na categoria Taolu no Campeonato Mundial de Kung Fu, na China, realizado no mês de agosto de 2023. A Ana Carla é natural, deputado Roberto Hashioka, de Nova Andradina. Ela conseguiu a vaga no mundial após apresentar bons resultados em âmbito nacional. Ela é uma potência do Kung Fu, tanto dentro quanto fora de Mato Grosso do Sul, é a melhor atleta de 2022 na categoria Taolu tradicional sub-15 feminino. Em pouco mais de dois anos, desde que começou a praticar a modalidade, já se sagrou campeã estadual, campeã sul-americana e bicampeã brasileira. Este é o motivo da apresentação desta moção de congratulação. Deputado Roberto Hashioka, peço que Vossa Excelência assine junto comigo esta moção, porque a Ana Carla é uma cidadã nova-andradinense, com muito orgulho para o Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, presidente em exercício deputado Renato Câmara. Muito bom dia, nobres pares! Muito bom dia aos presentes neste Plenário e aos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder o governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, e à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando a prorrogação do prazo de entrega e prestação de contas dos setenta e nove municípios por celebração de convênio ou transferência de fundo a fundo dos cobertores que o Poder Executivo Estadual destinou no inverno de 2023. Justificativa: A presente solicitação foi formulada pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Mato Grosso do Sul (Coegemas), composto por gestores municipais de assistência social e reconhecido por instância de representação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei Federal nº 8.742/93, e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, realiza a entrega de cobertores aos setenta e nove municípios, os quais deverão ser entregues às famílias em situação de vulnerabilidade social. A aquisição dos cobertores se origina através de recursos do Fundo de Investimento Social (FIZ) e é pactuada na Comissão Intergestora Bipartite da Assistência Social em Mato Grosso do Sul (Cibi). Todavia, por questões processuais na aquisição dos cobertores, houve atraso na entrega. Assim os municípios tiveram de dispor de recursos, não previstos no planejamento financeiro dos órgãos gestores de assistência social, para distribuir os cobertores no inverno do corrente ano. Dessa forma, o presente requerimento tem por objetivo solicitar a prorrogação da entrega e prestação de contas por celebração de convênio, de transferência fundo a fundo, para o inverno vindouro, uma vez que realizar a entrega dos cobertores em dias quentes faz com que se perca o objeto da ação, uma vez que a destinação do bem não terá a sua finalidade atendida. Antecipadamente, agradecemos a atenção. No requerimento, sugerimos que a entrega seja no inverno de 2024. Houve um atraso no processo de licitação para aquisição dos cobertores por parte do governo, e os municípios tiveram que se virar. Os

representantes do Congemas me procuraram, porque sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistente Social, nesta Casa, e me apresentaram esta solicitação referente à prorrogação da prestação de contas para o ano que vem, porque assim eles armazenam esses cobertores e os entregam no período que antecede o inverno, e não agora, que o inverno já passou. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 04610/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: uma indicação (Prot. nº 04597/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de pesar (Prot. nº 04620/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 04596/2023, 04595/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 04594/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: oito indicações (Prot. nºs 04615/2023, 04616/2023, 04617/2023, 04618/2023, 04619/2023, 04629/2023, 04623/2023, 04622/2023); um requerimento (Prot. nº 04630/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04631/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: um requerimento (Prot. nº 04611/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 04625/2023, 04626/2023, 04627/2023, 04628/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04591/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 04632/2023, 04633/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 04614/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 04624/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 04593/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04592/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nºs 04606/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 04608/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04607/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04612/2023, 04613/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhoras, senhores, público que nos assiste, venho a esta tribuna expressar minha grande preocupação com o que está acontecendo no estado de Mato Grosso do Sul; e esta Casa precisa, através de luta, trazer transparência ao que tem acontecido nos últimos anos na Cassems. É assombroso o fato de a diretoria esconder, deputada Mara Caseiro, informações sobre contratos particulares celebrados pela instituição. Eu tenho atuado junto com outros parlamentares para mostrar a ausência de preocupação quanto à transparência. Quando os parlamentares trazem votações, posicionamentos verdadeiros, leis e emendas que darão transparência total, desmascarando qualquer tipo de ato ímprobo praticado pela diretoria... Na qualidade de representante dos segurados, trago a Vossas Excelências o que será uma denúncia ao Ministério Público do Estado, para que ele nos ajude a tomar as providências necessárias e apurar todos os tipos de desvios, acordos, conchavos, que visam lesar, indiretamente, o Erário, os servidores e os segurados. Pergunto a Vossas Excelências: como pode uma entidade, que representa 217 mil segurados, num plano de saúde odontológico, que começou com 16 reais, passou para 18, para 20, e agora foi aprovado 45 reais, fazer a contratação de doze anos de assistência? Quando a diretoria verdadeiramente não possui esses doze anos. Se fizermos uma conta simples, aritmética, deputado Zé Teixeira, Vossa

Excelência que é experiente em gestão e em contas, um contrato que ultrapassa 1.4 bilhão de reais, e nós não temos acesso a ele. Mas, para socorrer e fornecer 60 milhões de reais, convertidos em míseros 10 reais de desconto aos segurados, é pedido a esta Casa que socorra as atitudes no mínimo obscuras da diretoria da Cassems. Eu digo que será uma denúncia, porque os servidores da Cassems precisam ter conhecimento e ajudar o Parlamento, e cobrar do Parlamento e de suas autoridades máximas, colegas parlamentares, o motivo pelo qual a Cassems está sendo acionada na Justiça, através da empresa que presta serviços de odontologia. Foi elaborado, e formatado, um acordo de sigilo e confidencialidade de informações dos intermediários de um negócio bilionário. Eu tive acesso, e vou mostrar para Vossas Excelências o número do processo referente a essas questões, o Processo nº 082.4305.022.023.812.0001, que tramita em primeira instância. Colegas parlamentares, as atas notariais foram feitas e ofereceram, deputado Lidio Lopes, ao intermediador do negócio bilionário realizado com a Cassems um percentual fixado em lei, como se fosse um contrato de corretagem. O que está errado. Porque o contrato de corretagem, colegas parlamentares, se aplica com objeto lícito, certo, determinado. Nós homenageamos na Sessão Solene que antecedeu a esta Sessão Ordinária aquelas pessoas que lutaram, que se destacaram por serem verdadeiramente corretoras de imóveis. Deputado Coronel David, Vossa Excelência puxou para si o fardo de homenagear as pessoas que corretam, que negociam, que intermedeiam negócios lícitos, não negócios obscuros. Como pode uma empresa que presta serviço para a Cassems e que socorre dos cofres públicos do estado de Mato Grosso do Sul o valor de 60 milhões de reais? Como formular um contrato da ordem de 1.4 bilhões e não o apresentar à sociedade? Nós não temos como afirmar, a não ser por estimativa, mas que estão aqui os instrumentos do acordo de sigilo e confidencialidade com as empresas que participaram da intermediação. E as empresas não aceitaram. Judicializaram. Porque, para eles 5%, 6%, 3%, que é o que se paga, deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência já pagou muito contrato de corretagem, que é o que se paga quando a pessoa trabalha, quando a pessoa promove uma intermediação. As empresas reivindicam, como se sociedade de fato fosse, deputado Neno Razuk, 30% desse contrato. Porque a diretoria da Cassems, segundo o que consta nos autos, fez um contrato de três anos, no valor de mensalidade, dobrou esse contrato, e aprovou 45 reais, segundo consta, e estendeu para doze anos. Ora, 45 x 217 mil segurados, deputado Neno Razuk, faça a conta, vezes 12 anos, dá 1.4 bilhão de reais, sem que nenhum parlamentar, sem que o Ministério Público, sem que o Tribunal de Contas, sem que os servidores segurados da Cassems conheçam a existência desse contrato. Isso parou no Poder Judiciário e será discutido um ponto interessante que nós vamos levantar e que o Ministério Público também o fará, deputado Neno Razuk. Por que a empresa, em tese comissionada, cobra não 5%, mas 30%? Algo está errado. Porque a empresa, que deveria receber ou que alega receber 30% desse contrato, não recebeu? Quem recebeu? Se existe um desacordo, deputado Neno Razuk, é o que precisamos apurar. Esta Casa precisa conhecer os termos e as condições constantes desses contratos. Esse é um dos contratos que nós estamos levantando...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Deputado João Henrique, eu vou lhe dizer a verdade, eu também não estou satisfeito. Eu fiquei assim depois da votação em que esta Casa concedeu esse bônus à Cassems de 60 milhões de reais e ainda um aumento considerável para o servidor. Porque o servidor vai pagar por membro da família. Eu também não estou satisfeito. Eu tenho conversado com colegas e sei que muitos requerimentos não foram respondidos. A Cassems realmente vem omitindo informações. Há alguma coisa aí. Porque, senão, tudo já teria sido respondido. Diante disso, eu começo a achar que a CPI da Cassems é necessária mesmo. Estou insatisfeito com o que aconteceu aqui nesta Casa, porque quando o deputado Rafael Tavares apresentou o pedido de instauração da CPI, ele cobrava justamente mais transparência na Cassems. Se houvesse transparência, tal pedido não teria sido feito. Mas o que aconteceu? Em vez de uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigar o que acontece de errado na Cassems e trabalhar pelo servidor, para que o servidor não seja onerado, a Cassems, aliás, a má administração da Cassems, o presidente Ricardo Ayache ganhou um bônus de 60 milhões de reais desta Casa. Eu fico triste, fico me sentindo, mais uma vez, deputado Pedro Kemp, um palhaço, e não há como não me sentir assim. Da mesma forma, não há como o servidor não se sentir assim também, porque a conta vai sair do bolso dele. Infelizmente foi isso que aconteceu. Mas eu concordo com o senhor, deputado João Henrique, e fico feliz com o fato de o senhor trazer este tema novamente. Não vamos desistir. Nós vamos continuar questionando enquanto não for esclarecido para o servidor o porquê de uma prestação de contas com superávit e depois da eleição com déficit, dizendo que precisa de dinheiro do governo, que precisa de dinheiro do povo para poder regularizar o que fez de errado ou de mal administrado. Não vai ficar assim! Nós continuamos na luta. Pode contar comigo. A Cassems não vai ser prejudicada. Os servidores podem contar com o nosso trabalho, para que tudo seja esclarecido e para que eles não sejam onerados e prejudicados pelo presidente Ricardo Ayache como estão sendo agora.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. Mas o tema deixou de ser caso de política e passou a ser caso de polícia, deputado Neno Razuk. Porque foi oferecido, num acordo de confidencialidade, um valor próximo a 2 milhões de reais a título de comissão inexistente, porque não se trata de valor imobiliário. E a empresa, na Justiça, cobra e alega ter direito a 30%. Aí que está o meu questionamento, deputado Neno Razuk. Se a empresa cobra 30% e se esse valor foi combinado e foi convencionado, esse contrato está com uma margem de sobrepreço, em tese, e nós precisamos apurar, o Ministério Público vai apurar. Porque nós estamos fazendo hoje, deputado Neno Razuk, um requerimento formal ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para que eles vejam não as contas da Cassems, mas os contratos que ensejaram esses números. Como pode, deputado Neno Razuk, eu estou lendo um termo de confidencialidade de 2 milhões de reais que está sendo retirado do servidor público. Não pode existir confidencialidade. É a mesma coisa que a Cassems dizer a esta Casa: "Eu quero esconder alguma coisa!". Porque a empresa que intermediou, Onegociou um contrato vigente com uma empresa que tem as piores referências do estado do Paraná, deputado Neno Razuk. Essa empresa estava desativada há 15 anos e não prestava nenhum tipo de serviço a ninguém. Como uma empresa desse tipo pode ser beneficiária de um contrato bilionário? Como nós podemos dar a essa empresa, indiretamente, um dinheiro que vai parar na mão de um corretor, que não está aceitando o valor milionário. Dos 60

milhões de reais que esta Casa deu, 2.5 milhões de reais estão indo para a mão de um corretor, talvez mais, porque ele está judicializando e pedindo 30%. É uma vergonha! Isso é, indiretamente, recurso público. Isso é retirado do servidor. E esta Casa não pode aceitar...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zé Teixeira, eu vou conceder uma parte a Vossa Excelência; mas não sem antes explicar o tamanho e o poder que adquiriu a instituição Cassems. O orçamento dela é maior que o da Assembleia, e mais de duas vezes. E hoje quem socorreu a Cassems foi a Assembleia; porque se nós não tivéssemos tocado o dedo na ferida e começado a querer enxergar o que está acontecendo lá através de termos obscuros de confidencialidade, o servidor nem aos 'dezoito' teria direito. Nós precisamos trazer mais luz a este caso e tirar o peso de sobre os ombros do servidor. Deputado Zé Teixeira, Mato Grosso do Sul está contratando um empréstimo da ordem de 2.3 bilhões de reais. Nós estamos socorrendo a Cassems e não estamos resolvendo o preço da gasolina, não estamos resolvendo o preço do Fundersul, não estamos resolvendo o preço da cesta básica, não estamos resolvendo o preço da energia elétrica. Esses são temas sensíveis.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, o que Vossa Excelência está dizendo, na minha visão, é muito grave. Eu não entendo como pode haver corretagem na questão da saúde. Não entendo. Vossa Excelência está falando de corretagem. Corretagem é o processo de venda de imóvel de terceiros. Corretagem na saúde é muito grave. E aí Vossa Excelência falou de um contrato de 1.4 bilhão de reais, em 12 anos. Dividindo isso pelo valor, dá 11 milhões por ano. Certo? E dá 970 mil por mês. É isso que se está gastando, nas minhas contas. Quando Vossa Excelência diz que há corretagem e que a empresa que pegou a licitação alega que não recebeu...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Está errado. São 9 milhões, deputado Zé Teixeira, 9 milhões por mês.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Como é?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — São 9 milhões por mês.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom. Eu fiz a conta na máquina da Mara e deve ter dado alguma diferença de número.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Se fosse em boi, sua cabeça funcionaria mais rápido, não é, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Mas, enfim, com relação a tudo o que Vossa Excelência está dizendo, na minha visão, o caminho é o Ministério Público. Porque segundo o que Vossa Excelência está dizendo, a pessoa que tem o contrato,

não recebeu, alega que tem de receber e que outro recebeu. Pelo que eu entendi é isso. Então, pelo que o senhor está dizendo, isso aí tem falcatura grossa. E se isso procede, o caminho nem é a instauração da CPI, é o Ministério Público, a Polícia Federal. Acho que providências devem ser tomadas. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu incorporo a fala de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Mas gostaria de aproveitar parte do que o senhor disse, deputado, para dizer que a CPI, e eu que estudei nas bancas da Faculdade de Direito, deputado Zé Teixeira, compartilha os poderes da atividade policial.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Só um segundo. Multiplique 970 por 12 meses para ver se não dá 11 milhões.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zé Teixeira, são 217 mil servidores segurados. É o que se tem notícia. Os números embaralham mesmo. "217.000 servidores X 45 reais X 12 anos." Essa é a conta. Mas, para continuar meu raciocínio, deputado Zé Teixeira, quero reconhecer, nas palavras de Vossa Excelência, o poder da atividade fiscalizatória. Nós compartilhamos, deputado Zé Teixeira, dos mesmos poderes que a atividade policial tem. No entanto, com um dever a mais. Nesse caso, a população direciona a esta Casa a cobrança. Entra eleição, sai eleição, e nós somos cobrados, nós temos mandatos, nós devemos prestar contas. Já os delegados, os promotores, que são concursados e que têm suas atribuições designadas, que têm hierarquias e funções pré-estabelecidas não têm a liberdade que o parlamentar tem para investigar e entregar solução, deputado Zé Teixeira. Foi esta Casa que socorreu a Cassems e entregou a ela uma solução no valor de 60 milhões de reais. Quando, na verdade, nós gostaríamos, deputado Coronel David, que esta Casa concedesse 60 milhões de reais à Cassems e que ela, em contrapartida, aliviasse a carga que foi colocada sobre os ombros dos servidores públicos. Agora, nós geramos uma indisposição com a diretoria quando a questionamos sobre os 'dezoito' de desconto para o servidor. Deputados Coronel David e Neno Razuk, os senhores bem sabem o que este parlamentar está dizendo. Deputada Mara Caseiro, Vossa Excelência também tem conhecimento de que a vontade desta Casa era livrar de qualquer tipo de cobrança os servidores. Mas o que este parlamentar traz, deputada Mara, é algo muito grave e perigoso, porque talvez não seja o primeiro socorro que nós tenhamos que dar à Cassems. Que fique um alerta, nas palavras deste parlamentar e nas atitudes muito bem tomadas pelo deputado Rafael Tavares, que nós façamos uma CPI e averiguemos todo e qualquer tipo de denúncias, que nos são trazidas todos os dias, a partir do momento em que colocamos a cara a tapa. Os servidores usuários da Cassems exigem e vão cobrar deste Parlamento resposta. Lembrem-se, senhores, deste dia em que este parlamentar sobe a esta tribuna. Nós temos o dever de cobrar e de ratificar as contas e os contratos que são feitos por essa entidade que recebe importante contribuição dos servidores públicos. Peço que Vossas Excelências assinem o pedido de instauração da CPI que foi formulado pelo deputado Rafael Tavares e que também assinem o pedido de CPI que farei para averiguarmos os contratos que trouxeram essas divergências aritméticas e contábeis, que se revestem num verdadeiro estelionato eleitoral. Obrigado, colegas parlamentares. O pedido de instauração da CPI está em nosso gabinete pronto para ser assinado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Lia Nogueira. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha aqui no Plenário e público que nos assiste pela TV Assembleia! O deputado João Henrique falou sobre a Cassems. Eu respeito seu posicionamento. E também venho falar sobre saúde. Mas eu venho falar da saúde que envolve a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul e mais trinta e três municípios da região da grande Dourados, do Cone Sul. Nós estamos apresentando hoje um requerimento direcionado ao senhor Jerson Domingos, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando informações, documentos, análises, relatórios, pareceres sobre análises das contas da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados (Funsáude), dos últimos três anos. Comenta-se que existe em Dourados uma caixa preta, e se essa caixa preta existe, ela precisa ser aberta. Este tema foi abordado aqui ontem pelo deputado Zé Teixeira, que, assim como eu, compõe a bancada de Dourados aqui na Assembleia Legislativa. Mas nós decidimos hoje encaminhar dois requerimentos de extrema urgência ao TCE, para que seja feita uma verdadeira devassa nas contas da Funsáude. Estamos também encaminhando um requerimento ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando que o vereador Sérgio Nogueira, líder do prefeito de Dourados na Câmara de Vereadores, no dia 28 de junho, agora, apresentou um relatório defendendo, deputado Antonio Vaz, de forma enfática e incisiva, os gestores da Funsáude, que administram o Hospital da Vida, que atende casos de pequena, média e alta complexidade, o Hospital de Portas Abertas, numa cobertura da macrorregião. A Funsáude também administra a UPA. Mas o líder do prefeito defendeu, de forma bastante incisiva, a saúde financeira da Funsáude. E é exatamente isto que nós queremos saber. Mas ele defendeu isso apresentando um relatório, deputado Zé Teixeira, dos serviços de saúde que foram prestados à população. No entanto, o vereador utilizou o arquivamento de uma ação civil pública proposta no mandato da então prefeita Délia Razuk. Ou seja, ele apresentou um relatório dizendo que as contas da Funsáude estavam OK, a questão é que tal relatório era da gestão da prefeita Délia Razuk, não da atual. Ele fez isso como uma forma de atestar os 'excelentes' serviços prestados à população e a 'alta qualidade' do serviço da atual gestão. E o que nós queremos agora é o levantamento desses três anos de gestão do senhor Alan Guedes, considerando que recentemente foi amplamente divulgado pela imprensa que a Funsáude vive um cenário crítico, com um déficit mensal de 4 milhões de reais e um déficit acumulado de mais de 70 milhões de reais, e considerando também que o governo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, contratualizou junto à Prefeitura de Dourados vários socorros emergenciais, desde o início da atual gestão, para regularizar os salários atrasados dos médicos e enfermeiros e as dívidas com fornecedores de insumos. E sobre isso eu tenho total propriedade para falar, porque, à época, como vereadora e integrante da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Dourados, nós solicitamos aos deputados que ainda compõem a bancada de Dourados que houvesse um socorro à saúde de Dourados. Então o governador Reinaldo

Azambuja foi sensível à situação e fez um aporte financeiro de 70 milhões de reais, para salvar a saúde de Dourados. Na época, pasmem, senhores!, até hoje não foi feita a prestação de contas desse recurso que o Governo repassou ao município de Dourados, e Dourados permanece nessa situação. Esse caso é grave, e cabe a este Parlamento acompanhar e fiscalizar os gastos públicos. Se o Governo do Estado precisar socorrer com tanta frequência a saúde de Dourados, que intervenha lá de uma vez. O Estado vive prestando socorro à saúde de Dourados, e a coisa permanece caótica. Mas, se a Prefeitura de Dourados está se aproveitando de recursos públicos da saúde, é imprescindível que se obtenha informações técnicas e que se apure a situação da Funsauúde. É imperioso que o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul encaminhe a esta Casa de Leis os relatórios dos três últimos anos de análise das contas da instituição, bem como os relatórios analíticos e pareceres sobre a saúde financeira da instituição, de forma a auxiliar a Assembleia Legislativa na fiscalização...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu acho que a Funsauúde já foi criada com déficit. A saúde de Dourados é tripartite (União, Estado e Município). Na minha visão, a fundação foi criada para maquiar o orçamento e acumular o déficit que existe lá. Se assim não fosse, o prefeito já teria prestado contas dos recursos que recebeu do Governo. Eu não tenho maiores informações quanto a esses 70 milhões de reais que foram aportados pelo governador Reinaldo. Eu sei que nós fizemos uma reunião na Governadoria e sei que o repasse do Estado para o município seria de 1.6 milhão de reais. E o governador Reinaldo aumentou esse repasse para 3.2 milhões de reais. Agora, com relação a esses 70 milhões, se o governador passou um recurso para um município e este não prestou contas, o atual governador tem de cobrar dele essa prestação de contas, sob a pena de ser o gestor responsabilizado por omissão. Por quê? Se o Governo passou um recurso fora do que está previsto em lei, que é o repasse mensal, e não prestaram contas, na minha visão, houve omissão até do próprio Estado. Mas eu pedi ao atual secretário o que Vossa Excelência está dizendo. Lá é um polo regional. O Hospital da Vida é localizado naquela região. Há dias em que chove. Quando chove acumula mais água dentro do hospital do que fora, porque a água enche as calhas e forma uma cachoeira dentro daquele hospital. O gerador da UPA está quebrado há quatro anos. Pessoas de boa vontade doam cadeiras e mesas para os funcionários. O secretário de estado de Saúde pediu para o secretário de Saúde do Município um balancete, a prestação de contas, para ele ver o déficit e o que pode aportar para melhorar a saúde regional. Nós não estamos falando apenas de Dourados, mas de trinta e cinco municípios, porque se trata de um polo, ou bate lá ou bate aqui. Outro dia eu estava conversando com o deputado Lidio Lopes, esposo da prefeita de Campo Grande, e ele me disse que aqui há um milhão e não sei quantos mil cartões do SUS. Ou seja, o dobro da quantidade de habitantes. Se o secretário de estado de Saúde disse que quem vai fazer a prestação de contas da Secretaria de Saúde é o chefe de gabinete do prefeito Alan Guedes, não adianta a gente ficar reclamando. É preciso denunciar isso ao Ministério Público, para que ele tome providências. Muito obrigado.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Agradeço, deputado. Justamente por isso nós estamos fazendo este requerimento, que será direcionado ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. E, falando ainda da Funsauúde, nós tivemos acesso a uma comissão interna... Eu estou aqui com um ofício que trata de uma empresa terceirizada que presta serviços de esterilização para o Setor de Ortopedia do Hospital da Vida. Vamos lá! Consta neste ofício, datado de 4 de setembro de 2023, que foi dado um prazo de sete dias para a Funsauúde, a contar do dia 4 deste mês, efetuar o pagamento das notas fiscais emitidas há mais de noventa dias. No presente momento os valores já chegam a 320 mil reais. Caso o pagamento não seja feito, o fornecimento de aparelhos será suspenso dia 11 de setembro. Vejam o colapso chegando a Dourados e a trinta e três municípios da região. Nós não estamos falando — como disse o deputado Zé Teixeira — só de Dourados, nós estamos falando de Dourados, Ponta Porã, Nova Andradina, Fátima do Sul, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Rio Brillhante, Maracaju e por aí vai. Caso o pagamento não seja feito, o fornecimento dos aparelhos será suspenso dia 11 de setembro, agora, permanecendo apenas a reposição de fios de Kirchner e fixadores. Agora, o que significa isso, deputada Lia? Significa que, a partir do dia 11 de setembro, agora... E aqui eu tenho outro ofício com a resposta da Funsauúde, que diz assim: "Considerando que o Hospital da Vida é referência, as urgências e emergências, para o atendimento a Dourados e mais trinta e três municípios, realiza muitos procedimentos cirúrgico-ortopédicos...". Eles receberam isso e disseram que foi apresentado um defeito, um vazamento pela porta da autoclave, e por isso estavam solicitando que a UPA esterilizasse os aparelhos deles. Acontece que a UPA não tem estrutura para esterilizar os aparelhos do Hospital da Vida. Com isso, corre-se o risco de, a partir do dia 11 de setembro, agora, Dourados parar de realizar as cirurgias ortopédicas, tanto as já agendadas, quanto às emergenciais. Por mês, o Hospital da Vida realiza trezentas cirurgias ortopédicas. Se ele parar de realizar tais cirurgias, poderão surgir consequências inestimáveis. E a UPA, como o deputado Zé Teixeira disse... Esta é uma foto do gerador que está com defeito há pelo menos quatro anos. Semana passada, houve aquele temporal em Dourados, ocorreu um apagão geral, e os pacientes tiveram de ser levados para a UPA, pacientes que estavam entubados. Olhe, foi um corre-corre. E pelo menos trinta pacientes da área verde, deputado Lucas de Lima, tiveram de ser mandados de volta para casa, porque não havia como fazer nenhum procedimento lá. É um caos.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Um aparte, deputada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Quando falamos do Estado, temos de falar também do Hospital Regional de Campo Grande. Como presidente da Comissão de Saúde, eu visitei o Regional, e agradeço à doutora Mariele, diretora-presidente Regional... O Governo do Estado está investindo 60 milhões na Cassems, e está se esquecendo do Hospital Regional. Claro que a regionalização da saúde é importante para Dourados, Três Lagoas, Coxim, enfim. Mas o Hospital Regional Rosa Pedrossian recebe toda a demanda do interior. A pessoa sai de Costa Rica com a unha encravada e vem desaguar aqui no Hospital Regional. No Regional foi implantado um serviço de satisfação, com dois quesitos: um deles é o atendimento. Na avaliação desse quesito, eles receberam 8,6. O segundo quesito é a infraestrutura do local. Na avaliação

desse quesito eles receberam 5,6. O hospital é velho, a pintura está deteriorada, o piso está desmantelado; nos banheiros há pias caindo, sem torneira; há vasos com a descarga estragada. Agora, as pessoas que vão ao hospital querem um atendimento de qualidade dos médicos e enfermeiros, e querem também um local bonito, adequado, higienizado. E hoje a direção tem um planejamento de que 15 milhões de reais, com apenas 15 milhões seria possível fazer uma grande reforma no Hospital Regional. Ontem, eu conversei com o presidente Gerson Claro sobre a possibilidade de todos nós deputados desta Casa fazermos uma solicitação ao Governo do Estado, para que ele atenda o Hospital Regional, que faz um importante trabalho. Ontem, eu conversei com pessoas que estavam enfermas lá no hospital, e vi que todas estão contentes com o atendimento. Claro que faltam macas e leitos, porque, como vem gente de todo o estado para o Regional, não se consegue atender todo o mundo. Mas a reforma do Hospital Regional é importante e necessária. São apenas 15 milhões. Enquanto estamos investindo 60 milhões numa empresa privada, o Hospital Regional, público, está precisando de reforma.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputado. Para encerrar, nós estamos apresentando, então, dois requerimentos: o primeiro é ao Tribunal de Contas do Estado. No começo do ano passado, enquanto vereadora, nós viemos a Campo Grande para falar com o então governador, Reinaldo Azambuja, que anunciou um socorro para a saúde de Dourados, por meio do então secretário de estado de Saúde e hoje deputado federal, Geraldo Resende. Estou falando desse socorro de 70 milhões de reais, sobre o qual até hoje o município não prestou contas. Eu lembro que, à época, a prioridade seria os pagamentos em atraso de servidores, fornecedores, enfim. O outro requerimento foi encaminhado à Mesa Diretora da Câmara de Vereadores pelos vereadores Márcio Pudim (PSDB), Fábio Luiz (Republicanos) e Diogo Castilho (PSDB), para que o mesmo chegasse ao MPE. Então nós vamos encaminhar esses dois requerimentos, um ao Tribunal de Contas do Estado e o outro ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul, para que apurem essa questão que envolve a UPA. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Peço ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum suficiente para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 241/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Declara de utilidade pública estadual a Associação Redentorista Filhos de Maria (Afim), com sede no município de Campo Grande." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 241/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT?



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 05/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Dispõe sobre as pacientes terem direito a acompanhantes nas consultas e exames nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado João Henrique. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 05/2023, de autoria do Deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 021/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Assegura às crianças assentos próximos aos seus responsáveis nas viagens intermunicipais no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 021/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 211/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Inclui o evento Cavalcada de Sonora no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 211/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto. Quero agradecer aos parlamentares que votaram favoravelmente ao meu projeto. A Cavalgada é um tradicional evento da comunidade sonorenses. Todo o recurso arrecadado no evento é revertido para a Apae de Sonora. Portanto, a inclusão da Cavalgada no Calendário de Eventos do Estado aumentará o tamanho do evento. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao segundo-secretario o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: quatro requerimentos, quarenta e quatro indicações, uma moção de apoio, uma moção de aplauso, treze moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelos deputados Antonio Vaz e Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Francisco Alberto Monteiro

Marcos. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Terezinha Teodoro Serafim. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Newton Ambrósio Abrego Filho. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Irmo Mathias Teixeira. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Antonio Albres Viegas. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Camila Marcon Frésca. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Dalmir Estigarribia Marques. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h05min).